

HABEAS CORPUS Nº 548.188 - SP (2019/0355025-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEILA ROCHA SPONTON - SP246729
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER DA SILVA VIEIRA DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ÉDER DA SILVA VIEIRA DOS SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação de n. 0047459-52.2017.8.26.0050)

Consta dos autos que o paciente foi, em primeiro grau de jurisdição, condenado à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, como incurso no crime previsto no art. 157, § 1º, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal.

Irresignados, o Ministério Público do Estado de São Paulo e a defesa interpuseram recursos de apelação. A Corte de origem negou provimento ao apelo defensivo e deu provimento ao recurso ministerial para redimensionar a pena para 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado. Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 94):

ROUBO IMPRÓPRIO. Recursos bilaterais.

DEFENSIVO. Absolvição. Impossibilidade. Autoria e materialidade bem delineadas, o que rechaça a pretendida desclassificação para furto. Inaplicabilidade do princípio da insignificância em delitos praticados com violência ou grave ameaça. Precedente do STJ.

DOSIMETRIA (AMBOS). Reconhecimento dos maus antecedentes. Viabilidade. A despeito de a condenação possuir data de trânsito em julgado posterior aos fatos, refere-se a crime cometido anteriormente e, portanto, apta aos fins colimados. Não reconhecimento da confissão, pois parcial e incompleta. Penas criteriosamente estabelecidas. Modificação ao regime inicial fechado, consentâneo às peculiaridades.

PROVIMENTO UNICAMENTE AO MINISTERIAL, com expedição, após o esgotamento dos recursos ordinários, de mandado de prisão.

Superior Tribunal de Justiça

Na presente impetração, a defesa pretende sanar mácula constante do acórdão proferido no Tribunal de origem, consistente na inidônea fixação de regime mais gravoso para o cumprimento da reprimenda.

Aduz que (e-STJ fl. 5):

Não se deve olvidar, ainda, que a reprimenda imposta deve atender a um processo ressocializador do infrator e, por esta razão, um regime prisional mais rigoroso não atende a essa necessidade.

Caso não seja adequado às finalidades de prevenção e reprovação do crime poderá sofrer as conseqüências da regressão do regime inicial fixado. Contudo, não há necessidade de submetê-lo, desde logo, a um regime mais severo que aquele a que tem direito, expondo-o às péssimas influências do cárcere, mesmo porque, a considerar a pena aplicada e as decisões desse Superior Tribunal de Justiça, o regime aplicado ao impetrante seria, no máximo, o regime semiaberto.

Assim, a decisão combatida causa inequívoco constrangimento ilegal ao paciente, afetando, de qualquer forma, o jus libertatis assegurado pela Lei Maior.

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a fixação de regime menos gravoso para que se dê início ao cumprimento da reprimenda imposta.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente porque, além da reincidência, ostenta o paciente circunstância judicial negativamente valorada.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator